



ESTADO DA PARAÍBA
PODER JUDICIÁRIO TRIBUNAL DE JUSTIÇA
GABINETE DO DES. MÁRCIO MURILO DA CUNHA RAMOS

ACÓRDÃO

APELAÇÃO CRIMINAL Nº 0000037-35.2015.0381

RELATOR: Tércio Chaves de Moura - Juiz Convocado para substituir o Exmo. Sr. Des. Márcio Murilo da Cunha Ramos

APELANTE: Luiz Antônio Silva Ramos Filho

DEFENSORES PÚBLICOS: Antônio Rodrigues de Melo e Enriquimar Dutra da Silva

APELADO: Justiça Pública.

APELAÇÃO CRIMINAL. HOMICÍDIO QUALIFICADO TENTADO. JÚRI. ALEGAÇÃO DE QUE A CONDENAÇÃO BASEOU-SE EXCLUSIVAMENTE EM PROVA INDIRETA. SOBERANIA DOS VEREDITOS PRESERVADA. QUANTUM DA PENA EM PATAMAR CONDIZENTE COM AS CIRCUNSTÂNCIAS DO CRIME. DESPROVIMENTO DO APELO.

- A narrativa acusatória questionada encontrou, na prova trazida aos autos, evidências que a tornam, no mínimo, plausível. Noutras palavras: o fato delituoso imputado ao réu não está desprendido da prova produzida na instrução, como exige a lei processual penal para o acolhimento do recurso.

VISTOS, RELATADOS E DISCUTIDOS ESTES AUTOS...

Acorda a Câmara Criminal do Egrégio Tribunal de Justiça do Estado da Paraíba, à unanimidade, em negar provimento ao apelo, nos termos do voto do relator.

RELATÓRIO

O Ministério Público estadual ajuizou ação penal em face de **Luiz Antônio Silva Ramos Filho** e Leandro Souza Félix (“Leo Panda”), imputando-lhes o crime de homicídio qualificado de **Rosemiro Francisco do Carmo** (“Miro”) e **Severina Maria da Silva** (“Biu”), mediante vários disparos de arma de fogo, fato ocorrido na madrugada do dia 30 de outubro de 2014, na residência das vítimas, localizada à Rua Projetada, mais conhecida como “Rua do Cano”, Conjunto Antônio Mariz, Bairro do Jucurí, município de Itabaiana.

Segundo a denúncia, as vítimas repousavam, quando foram surpreendidas com a ação dos denunciados, com o fim de assegurar a impunidade de outro crime praticado pelos mesmos.

Citado o acusado Luiz Antônio Silva Ramos, fora determinado, às fls. 164 dos autos, o desmembramento do feito com relação ao denunciado Leandro

Sousa Félix por não ter sido encontrado.

Oferecida a defesa preliminar (fl. 167), as testemunhas arroladas por ambas as partes foram devidamente inquiridas, sendo interrogado o réu (fls. 178/197). Razões finais da primeira fase apresentadas às fls. 194/195. Sentença de pronúncia (fls. 199/203) prolatada pela Exma. Sra. Juíza, Luciana Rodrigues Lima, sendo o réu incurso nas penas do art. 121, §2.º, I, IV e V do CP c/c o art. 1.º, I da Lei n.º 8.072/90 (duas vezes). Mantida a prisão preventiva como forma de garantia da ordem pública, evidenciada, segundo a magistrada singular, através da gravidade e circunstâncias do crime, negando, ainda, ao réu, o direito de apelar em liberdade.

Não havendo recurso da decisão de pronúncia, o juízo de primeiro grau deferiu as diligências requeridas pela acusação (fls. 210/211).

Instaurada a sessão de julgamento do júri, o juízo de piso, após ouvir as testemunhas, acompanhar os debates orais e tomar os votos dos jurados, condenou o acusado, Luiz Antônio Silva Ramos Filho, à pena total de 29 (vinte e nove) anos de reclusão (fls. 248/250), decisão impugnada na presente apelação criminal. Aqui, a defesa afirma que a condenação restou baseada em prova vulnerável, a partir de testemunhos “de ouvir dizer”, sustentando a negativa de autoria (fls. 263/268).

O Ministério Público, por outro lado, ofereceu contrarrazões (fls. 270/278), pleiteando o desprovimento do apelo, o mesmo entendendo a Procuradoria de Justiça (fls. 280/285).

É o relatório. *Voto.*

Em respeito ao princípio constitucional da soberania dos veredictos do tribunal do júri, os recursos interpostos contra suas decisões têm efeito devolutivo absolutamente estreito, nos exatos termos do art. 593, III do Código de Processo Penal.

A jurisprudência dos Tribunais Superiores sufraga a tese, de modo que, havendo duas versões plausíveis para o fato delituoso, o acolhimento de qualquer delas pelo conselho de sentença não poderá sofrer qualquer tipo de censura pelo juízo *ad quem*, no eventual julgamento da apelação. Nesse sentido, destaco, ilustrativamente, os inúmeros precedentes que delineiam a consistência dessa orientação jurisprudencial, *verbis*:

PROCESSUAL PENAL. HABEAS CORPUS SUBSTITUTIVO DE REVISÃO CRIMINAL. HOMICÍDIO QUALIFICADO. TRIBUNAL DO JÚRI. DECISÃO DO CONSELHO DE SENTENÇA COERENTE COM A PROVA OLHIDA NOS AUTOS. SOBERANIA DOS VEREDICTOS. DESCONSTITUIÇÃO DO DECRETO CONDENATÓRIO. RECONHECIMENTO DE NULIDADE. NECESSIDADE DE REEXAME FÁTICO-PROBATÓRIO.

1. A versão acolhida pelo Conselho de Sentença mostrou-se coerente com o conjunto probatório produzido em juízo, sob o crivo do contraditório, não havendo que se falar em decisão manifestamente contrária à prova dos autos, situação que autorizaria a cassação do veredicto popular.

2. Tendo o Júri optado, entre as teses existentes, pela que fora sustentada pela acusação, e não sendo ela aberrante, não é possível afastá-la, sob pena de ferimento à soberania dos veredictos. Precedentes.

3. A desconstituição do decreto condenatório, bem como o reconhecimento de nulidade do julgamento, demandariam, necessariamente, o amplo revolvimento da matéria fático-probatória, o que é vedado em habeas corpus.

4. Ordem não conhecida.

(STJ, HC 323944 / RJ, Ministro ANTONIO SALDANHA PALHEIRO, Dje 16/02/2017). Grifei

PENAL E PROCESSO PENAL. AGRAVO REGIMENTAL NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. HOMICÍDIO QUALIFICADO. CONDENAÇÃO. DECISÃO CONTRÁRIA ÀS PROVAS DOS AUTOS. NÃO OCORRÊNCIA. OPÇÃO POR UMA DAS VERSÕES CONSTANTES DOS AUTOS. POSSIBILIDADE. APLICAÇÃO DO PRINCÍPIO DA SOBERANIA DOS VEREDICTOS. REVERSÃO DO JULGADO PELO TRIBUNAL DE ORIGEM. REEXAME. SÚMULA 7/STJ. AGRAVO REGIMENTAL IMPROVIDO.

1. A jurisprudência desta Corte é pacífica no sentido de que a apelação lastreada no art. 593, III, d, do Código de Processo Penal (decisão dos jurados manifestamente contrária à prova dos autos) pressupõe, em homenagem à soberania dos veredictos, decisão dissociada das provas amealhadas no curso do processo. Optando os jurados por uma das versões factíveis apresentadas em plenário, impõe-se a manutenção do quanto assentado pelo Conselho de Sentença (HC 232.885/ES, Rel. Ministro SEBASTIÃO REIS JÚNIOR, SEXTA TURMA, julgado em 19/05/2015, DJe 28/05/2015).

2. A reversão das premissas assentadas pelo acórdão demandaria a incursão aprofundada no conteúdo fático-probatório dos autos, o que se mostra incabível na via recursal, a teor da Súmula 7 do STJ.

3. Agravo regimental improvido.

(STJ, AgRg no AREsp 523897 / PR. Ministro NEFI CORDEIRO, DJE 19/12/2016).Grifei

Essa é justamente a hipótese dos autos. De acordo com a inicial acusatória, na madrugada do dia 30 de outubro de 2014, o apelante, na companhia de Leandro Souza Félix (“Leo Panda”), mediante vários disparos de arma de fogo, ceifaram a vida de *Rosemiro Francisco do Carmo* (“Miro”) e *Severina Maria da Silva* (“Biu”), quando estas repousavam.

De acordo com a exordial, as vítimas, pessoas trabalhadoras e de boa índole, pretendiam denunciar o tráfico de drogas nos arredores do local onde residiam, tendo o crime sido cometido com o fim de impedir tal fato, ou seja, para assegurar a impunidade dos denunciados.

Ora, a narrativa acusatória questionada encontrou, na prova trazida aos autos, evidências que a tornam, no mínimo, plausível. Noutras palavras: **o fato delituoso imputado ao réu não está desprendido da prova produzida na instrução**, como exige a lei processual penal para o acolhimento do recurso. Veja-se, a propósito, trecho do depoimento da testemunha **Maria da Conceição Silva**, “Conceição”, proprietária e locadora do imóvel no qual fora assassinado o casal, quando **interrogada em juízo (fls. 178 - mídia):**

“que mora no Jucurí há mais de 17 anos; que conhece os acusados; que Severina, “Biu”, disse-lhe que iria entregar a casa porque lá era ponto de drogas, pois não estaria mais aguentado o mau cheiro e também estava com medo; que essa conversa ocorreu no meio do “terreiro” da casa; que não viu ninguém no momento, mas poderia alguém ter ouvido tudo; que “Dona Cida” afirmou ter sido Luiz quem matou o casal; que a referida senhora contou que encontrou Luiz, muito nervoso, debaixo do pé de castanhola, e este teria lhe afirmado estar “de cabeça erguida”; ao ser perguntado por que, respondeu: “porque eu matei o casal”; que as vítimas eram pessoas decentes, trabalhadoras, e possuíam 08 (oito) filhos, sendo 04 (quatro) ainda pequenos; que um desses filhos seria

cego; que a comunidade inteira ficou muito abalada com o ocorrido; que uma filha pequena do casal assistiu a tudo (...)”.

Também ouvida em juízo, **Maria Samara Joaquim da Silva**, (mídia de fl. 197), confirmou o inteiro teor do depoimento prestado na delegacia de polícia (fls. 27), assim se pronunciou:

“que ouviu da própria boca do Luiz que tinha sido ele quem matou o casal; que ele afirmou “que não tinha se arrependido, que fez e que se tivesse mais, ele mataria”; que não sabe dizer o motivo; (...)”

A testemunha **Rita de Cássia de Medeiros**, na mídia de fls. 197, contou que ouviu o então namorado, de nome Mika, falar para os policiais, no momento da sua apreensão, que foi Luiz quem matou o casal e o “Galo Assado”.

As demais testemunhas ouvidas durante o inquérito policial ou em juízo, foram uníssonas em afirmar que ouviram dizer ser o apelante o autor do crime. Também se reportaram ao fato de que houve grande comoção na cidade, em razão da morte das vítimas.

Logo, vê-se que o conjunto probatório é factível e compatível com a tese levantada pela Promotoria Pública, levando-se ainda em conta que a análise probatória não exclui as provas colhidas no inquérito policial, por tratarem-se de indícios. Saliente-se que a legislação em vigor admite como prova tanto a testemunha que narra o que presenciou, como aquela que ouviu, não havendo nenhuma ilegalidade na prova testemunhal indireta. A valoração a ser dada a essa prova é critério judicial. In casu, a prova foi valorada pelo conselho de sentença.

Dito isto, uma vez factível a tese acolhida pelo Tribunal do Júri, não há que se falar em absolvição.

Sopese-se que há uma divergência nos depoimentos prestados pelo próprio apelante, quando, no depoimento em mídia de fls. 197, afirma que as vítimas foram assassinadas pelos “boys de João Pessoa”, a mando de “Douglas”, pessoa divergente da facção “EUA”; que “Léo Panda” não estava mais morando lá à época do crime e que tem certeza de que este foi morto em João Pessoa (...); já no depoimento prestado em plenário (mídia de fls. 252), afirma que Léo Panda seria o autor do crime, pois teria ido embora da cidade no dia seguinte ao fato; também diferentemente do que informou no depoimento em juízo (mídia de fls. 197), no qual o ora apelante admite traficar drogas na cidade de Itabaiana, “trabalhando por conta própria”, e que lá atuavam ainda Alisson, Alex e Mika, em plenário, alegou ser apenas usuário de drogas.

DA FIXAÇÃO DA PENA

No tocante ao pedido de fixação da pena, denota-se que, na primeira fase da dosimetria, a sentença valorou negativamente a culpabilidade, os antecedentes, a conduta social, a personalidade, as circunstâncias e consequências do crime; o comportamento das vítimas em nada contribuiu para o seu desfecho.

No tocante à culpabilidade, esta foi considerada indubitosa pelo grau de determinação consciente com o qual o réu praticou a conduta delituosa.

Com relação aos antecedentes, vislumbro que, conforme antecedentes de fls. 219 a 221, o réu responde a mais duas ações penais por homicídio qualificado, ainda, a uma ação penal por tráfico de drogas, além de dois outros inquéritos. Como não chegou a ser condenado por nenhuma das referidas ações, não há que se valorar negativamente os seus antecedentes, pois, ao que parece, é tecnicamente primário.

A conduta social refere-se ao comportamento do réu na sociedade, em seu meio social, devendo ser aferida pelas atividades exercidas pelo acusado, o seu relacionamento familiar, etc. Já quanto à personalidade, de acordo com a doutrina de Cléber Masson, o juiz deve analisar “*o perfil subjetivo do réu, nos aspectos moral e psicológico, pelo qual se analisa se tem ou não o caráter voltado à prática de infrações penais*”¹. No caso dos autos, o apelante admitiu que comanda o tráfico de drogas na cidade de Itabaiana, assistindo razão ao juízo primevo ao considerar a sua conduta social e personalidade como desajustada, fora dos padrões da normalidade, eis que, de fato, restou demonstrado que o réu tem caráter voltado à prática de infrações penais.

Quanto às circunstâncias do crime, estamos diante de um duplo homicídio, com as qualificadoras: motivo torpe, recurso que impossibilitou a defesa da vítima e para ocultar a prática de outro crime (tráfico de drogas), sendo que apenas o motivo torpe fora utilizado pelo magistrado sentenciante como qualificadora. As demais, - recurso que impossibilitou a defesa da vítima e para ocultar a prática de outro crime (tráfico de drogas) – foram valoradas como circunstâncias desfavoráveis do crime .

As consequências do crime foram consideradas por demais danosas por se tratar de um ato irreparável. Neste ponto, pecou o magistrado singular ao considerar tão somente o próprio resultado do crime de homicídio, que é a morte de alguém. Esqueceu-se, no entanto, de mensurar que, em concreto, o casal vitimado deixou 08 (oito) órfãos, sendo 04 (quatro) ainda pequenos, um dos quais presenciou todo o ocorrido. Ademais, o crime perpetrado, conforme testemunho dos depoentes, chocou toda a cidade de Itabaiana, gerando grande comoção.

Não foram consideradas atenuantes ou agravantes, ou, ainda, causas de aumento e diminuição de penas.

Há, portanto, quatro circunstâncias judiciais desfavoráveis a serem valoradas na primeira fase da dosimetria a embasar uma pena base acima do mínimo legal estabelecido para o crime de homicídio qualificado, que é de 12 anos. Ao contrário do que aduzido pela defesa, percebe-se que a dosimetria da pena base realizada se mostrou bastante benevolente com o réu/apelante, ao fixá-la, para cada crime, em 14 (quatorze anos) e 06 (seis) meses. Por conseguinte, não há que se cogitar em reforma da sentença, devendo ser mantida a pena base fixada em respeito à regra *non reformatio in pejus*.

Isto posto, a pretensão recursal deduzida na apelação defensiva não merece prosperar, razão pela qual mantenho por inteiro a sentença impugnada, em respeito ao princípio da soberania dos veredictos do júri popular.

¹ MASSON, Cleber. **Código Penal Comentado**. 2. ed. rev., atual. e ampl. - Rio de Janeiro: Forense, 2014.

ANTE O EXPOSTO, NEGO PROVIMENTO AO RECURSO.

Expeça-se guia de execução provisória.

É O MEU VOTO.

Presidiu o julgamento o Excelentíssimo Senhor Desembargador Arnóbio Alves Teodósio, Presidente da Câmara Criminal e revisor, dele participando os Excelentíssimos Senhores Desembargadores **Tércio Chaves de Moura (Juiz Convocado para substituir o Exmo. Sr. Des. Márcio Murilo da Cunha Ramos), relator**, e Marcos William de Oliveira (Juiz de Direito Convocado até o preenchimento da vaga de Desembargador).

Presente à sessão o Excelentíssimo Senhor Amadeu Lopes Ferreira, Promotor de Justiça Convocado.

Sala de Sessões da Câmara Criminal “Des. Manoel Taigy de Queiroz Mello Filho” do Egrégio Tribunal de Justiça do Estado da Paraíba, em João Pessoa, 28 de setembro de 2017.

Tércio Chaves de Moura
Juiz Convocado/Revisor